

MINAS CONTRA O DESMATAMENTO

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

MINAS GERAIS
GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.

INAUGURAÇÃO DE SALAS DE INTELIGÊNCIA E DE SITUAÇÃO EM 2024 REFORÇAM FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL EM MINAS

Com novas tecnologias e dados estratégicos, governo do Estado intensifica o combate ao desmatamento e à produção e comércio de carvão vegetal ilegais no estado.



Minas Gerais deu mais um passo no combate aos crimes ambientais com a inauguração, em 2024, das Salas de Inteligência e de Situação de combate ao desmatamento. As novas estruturas, implantadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), têm se mostrado instrumentos essenciais na coleta e análise de dados sobre desmatamento ilegal e alterações na cobertura da vegetação nativa.

As salas oferecem uma base tecnológica robusta, composta por computadores de grande capacidade, painéis de vídeo e equipes especializadas. Estes recursos são utilizados para monitorar, com maior precisão, áreas sob

risco de desmatamento e irregularidades no setor de carvão vegetal em Minas Gerais. A modernização das ferramentas de monitoramento permitiu um salto qualitativo na fiscalização, com resultados expressivos em 2024, já no primeiro semestre de operação.

Segundo o diretor de Combate ao Desmatamento da Semad, Bruno Zuffo, seis grandes operações de fiscalização foram realizadas com base nas informações extraídas das salas. Quatro delas focaram diretamente em polígonos de desmatamento identificados por imagens de satélite, enquanto outras duas se concentraram no monitoramento do transporte e armazenamento de carvão vegetal ilegal.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

Minas Gerais é o primeiro estado brasileiro a ter uma Agência de Inteligência Especial na atuação de combate aos crimes ambientais. Os métodos e procedimentos da agência fornecem informações que auxiliam na elaboração de estratégias para prevenção e combate ao desmatamento irregular, no planejamento das ações de fiscalização ambiental, bem como na identificação e caracterização dos ilícitos. Assim, a obtenção de dados e sua análise permitem ao órgão de fiscalização ambiental produzir elementos fáticos contra o infrator e assessorar na decisão de estratégias para atuação contra as práticas lesivas aos recursos florestais.

RESULTADOS 2024

Com o auxílio das novas tecnologias, o combate ao desmatamento no Bioma Mata Atlântica também obteve avanços. De acordo com os dados mais recentes, de janeiro a outubro de 2024, o desmatamento foi reduzido em 37,35% quando comparado ao mesmo período de 2023. A área desmatada caiu de 6.180,84 hectares para 3.871,74 hectares, um reflexo direto das ações mais eficientes promovidas pelas Salas de Inteligência e de Situação.

Um dos maiores exemplos de sucesso das novas salas foi a operação "Mata Atlântica em Pé - 2024". Com base nas informações geradas, a operação foi executada em parceria entre a Semad, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a Polícia Civil, a Polícia Militar de Meio Ambiente (PMMA), o IBAMA e outros órgãos. Durante a ação, que envolveu 113 alvos em 39 municípios da região Norte e do Vale do Jequitinhonha, foram aplicadas multas que totalizaram R\$ 72,89 milhões e embargados 5.452,45 hectares de áreas desmatadas ilegalmente.

REDUÇÃO DO DESMATAMENTO



DE 37,35%

de janeiro a outubro de 2024

*quando comparado ao mesmo período de 2023

INTEGRAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO FUTURO

A colaboração entre diversos órgãos de fiscalização também se destaca como um ponto positivo das novas estruturas. Além da Semad, instituições como a Polícia Militar de Meio Ambiente, a Polícia Civil, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o IBAMA têm participado ativamente das ações de combate ao desmatamento ilegal e ao uso irregular de carvão vegetal.

A Agência de Inteligência Especial da Semad integra o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública de Minas Gerais (Seisp). Por meio dessa integração, o combate às práticas lesivas ao meio ambiente conta com uma importante articulação com outros órgãos e demais agências de inteligência, proporcionando tomadas de decisão colegiadas, permitindo o desenvolvimento de informações de prevenção e repressão a atos criminosos, além do desenvolvimento de estudos relativos a temas de interesse da segurança da sociedade e do Estado.



DADOS DE FISCALIZAÇÃO (JAN-DEZ/2024)

157 OPERAÇÕES SEMAD/PMMG
8.373 NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES

16.197 HECTARES EM ÁREA FISCALIZADA
5.617 NÚMERO DE INFRAÇÕES



FISCALIZAÇÕES - POR BIOMA (2019 A 2024)

BIOMA	FISCALIZAÇÕES	INFRAÇÕES
CAATINGA	1.122	863
CERRADO	20.957	13.506
MATA ATLÂNTICA	27.536	15.891
TOTAL	49.615	30.260

FISCALIZAÇÕES - POR BIOMA (2024)

BIOMA	FISCALIZAÇÕES	INFRAÇÕES
CAATINGA	240	283
CERRADO	3.480	2.464
MATA ATLÂNTICA	4.602	2.820
TOTAL	8.322	5.567

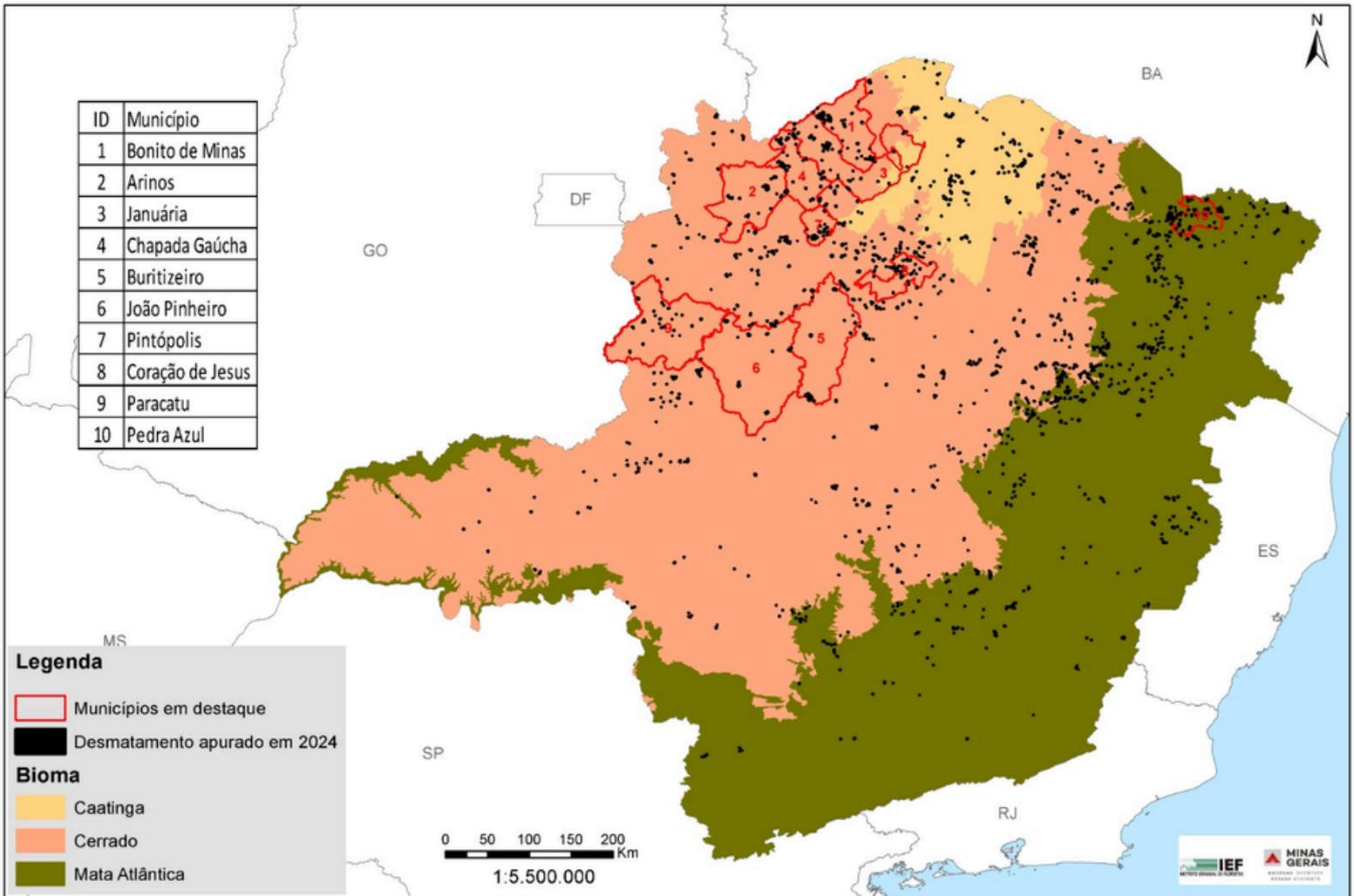
FISCALIZAÇÕES CONTRA O DESMATAMENTO

ANO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
FISCALIZAÇÕES	6.130	6.336	7.387	10.646	11.026	8.373	49.898
INFRAÇÕES	3.612	3.349	4.305	6.537	7.049	5.617	30.469



MONITORAMENTO

Ocorrência de desmatamento em Minas Gerais Monitoramento Contínuo da Vegetação - IEF 2024



MEIO AMBIENTE DESTRÓI MAIS DE 600KG DE CARVÃO VEGETAL APREENDIDOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BH

Durante ações de fiscalização, materiais foram encontrados sem certificação de origem ou em desconformidade com a documentação apresentada

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) destruiu, neste mês de dezembro, mais de 600kg de carvões vegetais apreendidos por meio de ações fiscalizatórias na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Os materiais incinerados fazem parte da cadeia do desmatamento, pois foram encontrados sem a devida certificação de origem ou em desconformidade com a documentação apresentada.

Ao todo, 670kg de bens apreendidos por meio de ações policiais e de fiscais da Semad foram destruídos após a conclusão do devido processo administrativo e legal. A série de procedimentos inclui a avaliação técnica para verificar a inviabilidade de recuperação e reaproveitamento do bem, além da autorização legal por parte de autoridades ambientais competentes, com base nas regulamentações pertinentes.

Vale ressaltar que os carvões foram incinerados sob a supervisão dos órgãos competentes para garantir que todos os procedimentos fossem seguidos de acordo com a legislação.

“A destinação final destes bens é um instrumento essencial na implementação de uma política pública eficaz de preservação ambiental”, afirma a chefe regional de fiscalização ambiental Central Metropolitana, Ana Carolina Silva.

TRANSPARÊNCIA

O Governo de Minas, por meio da Semad, disponibiliza diversos canais de denúncias ambientais e conta com o apoio da sociedade para monitorar e denunciar práticas evidentes ou suspeitas de irregularidades ambientais. A denúncia ou solicitação de fiscalização ambiental pode ser feita pelo LigMinas (ligue 155 - opção 7) ou por meio deste link, que traz mais informações sobre o assunto.





PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL SE CONSOLIDA COMO FORTE ALIADO NO COMBATE AO DESMATAMENTO EM MINAS

Medida, que traz benefícios para proprietários e posseiros rurais que se comprometerem a recuperar as áreas degradadas ou alteradas, terá sua implementação impulsionada no estado após assinatura de Protocolo de Intenções com entidades colaboradoras

O ano de 2024 ficará marcado pelos avanços tecnológicos fornecidos pelo Governo de Minas aos cidadãos. Uma das funcionalidades que passaram a ser utilizadas desde julho pela população foi o CAR 2.0, que é uma ferramenta de inteligência geoespacial desenvolvida para analisar automaticamente todos os imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e verificar o cumprimento da legislação ambiental vigente.

Lançada pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) e desenvolvida em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com apoio e financiamento do governo britânico, a ferramenta também identifica eventuais pendências ou irregularidades ambientais a serem sanadas pelos proprietários ou posseiros. Ao todo, o CAR possui mais de 1 milhão de imóveis cadastrados.

Com o CAR 2.0, além de informar a situação de regularidade ambiental para cada imóvel, o sistema disponibiliza relatórios detalhados para facilitar a análise manual, permitindo que os analistas se concentrem em situações mais complexas e que exigem investigações supervisionadas.

Dos 1.052.900 imóveis rurais que passaram pela análise da ferramenta, a maior parte não teve pendências ambientais identificadas. São 387.000 propriedades nesta situação. Outros 328.900 cadastros foram devolvidos para que os responsáveis façam ajustes. A plataforma também encaminhou ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) outros 157.800 cadastros, enquanto 179.200 imóveis foram encaminhados para análise manual feita pelos técnicos do IEF.

"A análise automática pode desempenhar um papel crucial ao identificar pendências de acordo com critérios pré-definidos, agrupar prioritariamente os casos e direcionar a regularização de não conformidades. Paralelamente, os técnicos podem prosseguir com uma avaliação detalhada dos requisitos, proporcionando uma abordagem mais abrangente e eficiente", afirma o diretor-geral do IEF, Breno Lasmar.



COMO FUNCIONA A ANÁLISE

O sistema CAR 2.0 aplica análises geoespaciais utilizando os limites autodeclarados dos imóveis rurais para avaliar a conformidade ambiental de cada propriedade em relação às APPs, percentuais de Reserva Legal (RL), exigidos e eventuais pendências ambientais. Para isso, integra dados de sensoriamento remoto com bases cartográficas oficiais para verificar o cumprimento dos requisitos da legislação ambiental. Como resultado, informa se aquele cadastro está em conformidade com o Código Florestal, ou se é necessária alguma ação para regularizar o imóvel.

“O CAR 2.0 é um sistema pioneiro ao aliar ciência e tecnologia à gestão de políticas públicas. Com ele, temos a automatização das análises de conformidade ambiental de todos os imóveis rurais em Minas, proporcionando resultados rápidos e confiáveis para que o órgão ambiental possa planejar suas ações de forma mais eficiente”, explica o analista ambiental do IEF, César Donato.

AVANÇOS NA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

O CAR é um dos instrumentos previstos no Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), principal marco regulatório para a gestão de florestas e demais formas de vegetação nativa em imóveis rurais no Brasil. Com o objetivo de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compõe uma base de dados destinada ao controle, monitoramento, planejamento ambiental e combate ao desmatamento.

O lançamento da plataforma é mais um avanço conquistado por Minas na Regularização Ambiental. Isso porque 93% das propriedades

rurais do Estado são compostas por pequenos produtores rurais. Em muitos casos as famílias não tinham condições de ter a assistência técnica que somente os grandes produtores possuíam.

Para ter acesso ao CAR 2.0 [clique aqui](#).

ANÁLISE DO CAR EM MINAS GERAIS

O estado de Minas Gerais possui, atualmente, cerca de 1.095.400 inscrições no Cadastro Ambiental Rural (CAR) que, criado pela Lei nº 12.651/2012, é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais. Minas segue avançando na etapa da análise do CAR. Até meados de dezembro de 2024 foram 30.857 CARs em análise, 46.279 cadastros notificados a apresentar informações e/ou correções e 250 CARs com a análise concluída sem pendências. Além disso, foi identificada a necessidade de regularização ambiental em 93 imóveis, após ter os seus cadastros analisados. Destaca-se que, ainda estão, temporariamente, suspensos a publicação dos “Editais de Notificação de Análise do CAR e convocação para a adesão ao PRA”, e, conseqüentemente, o prazo para atendimento à notificação de análise, conforme previsto nas Comunicações IEF/GRAPE-CAR nº 1, 2, 3, 4, 5 e 6, publicadas no site do IEF. Essa ação foi necessária devido a constante instabilidade do SICAR, o que gerou dificuldade no atendimento às notificações. Contudo, a análise do CAR continua sendo realizada e os proprietários/possuidores podem acompanhá-la por meio do seu acesso a Central do Proprietário/Possuidor.



Buscando fomentar e aprimorar a etapa de análise do CAR em Minas Gerais, novas estratégias estão sendo executadas. Dentre elas, destaca-se a utilização e aperfeiçoamento da Análise Dinamizada do CAR, que é uma ferramenta de análise automatizada, que permite a verificação de vários cadastros simultaneamente, em lote, sendo esta análise realizada em um módulo específico disponibilizado pelo próprio Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR). Dentre as melhorias em curso consta a atualização da base cartográfica/temática que subsidia a análise das informações geo inseridas no CAR, bem como, a possibilidade de alteração dos

valores dos limites de tolerância para divergências entre a base temática e os dados declarados pelo proprietário/possuidor no sistema.

Também, serão realizadas ações voltadas ao produtor rural, principalmente, quanto ao atendimento às notificações resultantes da análise dos cadastros, destacando-se o reforço do atendimento através de canais como e-mail e balcões de atendimento do CAR. Além da disponibilização de material orientativo, como cartilhas e vídeos tutoriais.



MINAS GERAIS ENCERRA 2024 COM REDUÇÃO DE 66% NO DESMATAMENTO DO CERRADO

Índice de alertas emitidos é o menor da série histórica de seis anos, com 67,5 km². Ações de fortalecimento da fiscalização ambiental justificam queda na área de desmate ilegal

Minas Gerais encerra 2024 com bons motivos para comemorar. Dados do Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostram que o estado reduziu em 66% o índice de alertas de desmatamento, alcançando o menor número da série histórica de seis anos.

Considerado o maior bioma do Estado, o Cerrado teve, entre agosto e novembro de 2024, 67,5 km² de alertas de desmatamento.

Índice bem inferior ao registrado no mesmo período de 2023, quando o Sistema de Detecção acusou 204,2 km² de desmate ilegal.

O percentual de queda registrado pelo estado é mais expressivo ao observado no Brasil como um todo. No cenário nacional, houve uma redução de 48,4% no desmatamento do Cerrado.

Além disso, o índice de 67,5 km² registrados em Minas foi o melhor da série histórica de seis



anos. Até então, a menor proporção de alertas de desmatamento do estado registrados entre agosto e novembro havia sido em 2022, quando o sistema Prodes/Inpe constatou 70,3 km² de ações ilegais contra o Cerrado.

AÇÕES OSTENSIVAS EM 2024

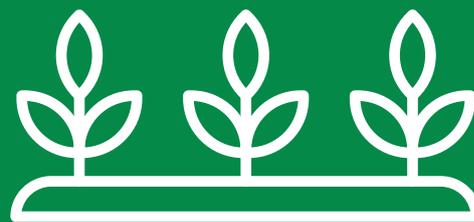
A queda dos números vai refletir as ações ostensivas adotadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) neste ano. Ao todo, foram nove operações de fiscalização somente no Cerrado, com o objetivo de verificar supressão de vegetação nativa e incêndios florestais, além do transporte, armazenamento e consumo de carvão vegetal.

Como resultados dessas ações, foram suspensas as atividades em 8.809,05 hectares, onde foram constatadas intervenções ambientais realizadas através da supressão de vegetação nativa do Cerrado realizadas sem a devida autorização, sendo gerados, aproximadamente, R\$ 130 milhões em autuações.

Somente na operação especial Adsumus III, foram suspensas as atividades de supressão de vegetação nativa em 6.540,63 hectares, que totalizaram a aplicação de R\$ 65.602.002,76 em autuações. A ação foi realizada em uma grande área do Cerrado mineiro localizada nos municípios de Montalvânia, Juvenília, Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Formoso, Manga, Jaíba e Matias Cardoso.

As operações foram executadas conjuntamente com as Unidades Regionais de Fiscalização da Central Metropolitana, Alto São Francisco, Noroeste e Jequitinhonha, Polícia Militar de Meio Ambiente, Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) e Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

“Nosso esforço teve resultado prático. Contamos com a ajuda e a parceria do MPMG, da PCMG, da Polícia Militar de Meio Ambiente entre outros órgãos que sempre estiveram conosco em diversas forças-tarefas tão necessárias para reduzirmos um dado negativo e preocupante, como o desmatamento, e nós, enfim, obtivemos esse resultado positivo”, destaca o subsecretário de Fiscalização Ambiental da Semad, Alexandre Leal.



ATIVIDADES SUSPENSAS EM

8.809,05

HECTARES



APROXIMADAMENTE

R\$ 130 MILHÕES

EM ATUAÇÕES

Foto: Divulgação: Sisema

DENÚNCIAS

A colaboração de todos é fundamental para o combate ao desmatamento!
Faça também a sua parte, denuncie!

A denúncia ou solicitação de fiscalização ambiental pode ser feita pelo
LigMinas (ligue 155 - opção 7) ou por este link:

www.meioambiente.mg.gov.br/-denuncia-ambiental-solicitar-fiscalizacao-ambiental



MEIOAMBIENTE.MG.GOV.BR



[MEIOAMBIENTEMINASGERAIS](https://www.instagram.com/MEIOAMBIENTEMINASGERAIS)



[MEIOAMBIENTEMINASGERAIS](https://www.facebook.com/MEIOAMBIENTEMINASGERAIS)

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

**MINAS
GERAIS**
GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.